

CORREIOBRAZILIENSE

*Na quarta parte nova os campos atra.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, c. VII e 14.*

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varella

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

PNC

Intérprete fiel

O Centrão, ao mobilizar sua maioria para a elaboração de um capítulo constitucional sobre a ordem econômica afinado com as opções históricas do País, age sintonizado com as aspirações da maioria do eleitorado brasileiro e de toda a população.

No caso, por exemplo, do absurdo monopólio estatal da distribuição de derivados petrolieros, aprovado pela Comissão de Sistematização, repõe as coisas nos trilhos de um Brasil tradicionalmente voltado para a economia de mercado. A própria Petrobras se manifestará contra as inconveniências desse passo estatizante e que traria complicações para a empresa, a ser sobrecregada da tarefa que vem sendo desempenhada a contento por organizações instaladas no País há mais de setenta anos. As figuras políticas insuspeitas em relação ao assunto como os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso reconheceram a imprudência de semelhante alteração numa área onde tudo corre bem.

Em sua intervenção no que se refere à reforma agrária, os membros do Centrão buscaram respeito à propriedade adequadamente aproveitada. Ou seja, acataram a opinião de bom senso, aquela que diferencia glebas produtivas de outras abandonadas ou puramente à espera de valorização. Como se sabe, as longas extensões de terras com elevado índice de produtividade e totalmente utilizadas com racionalização não podem ser objeto de comparação com o latifúndio mantido exclusivamente para exploração imobiliária.

Outro ponto importante beneficiado pela intervenção do grupo majoritário da Constituinte é o direitos e garantias individuais. No dispositivo sobre a liberdade de expressão e de pensamento, preservou-se o sigo da fonte jornalística. Trata-se de um princípio adotado por toda e qualquer Constituição democrática e consentânea com o mundo ocidental. Está longe de reduzir-se a simples anonimato, segundo querem fazer crer aqueles que desejam justamente asfixiar a livre informação.

Também no âmbito das relações de trabalho os centrânicos interferiram positivamente. Removeram motivos de atrito entre empregados e empregadores contidos em benesses incompatíveis com a realidade de um País em crise econômica sem precedentes na história como a que o Brasil procura vencer através de ingentes esforços. Eram conquistas que devem ser buscadas por todos os povos, mas dependentes de uma economia muito acima da registrada nos dias atuais desta Nação. Não se comprehende redução da jornada de trabalho num País que tem de trabalhar muito para ver a luz no fim do túnel. Estabilidade precisa alicerçar-se na capacidade do trabalho. O FGTS foi uma solução que libertou o trabalhador de um emprego sem perspectivas, mantido apenas em razão de uma estabilidade que o impedia de aceitar mudança para melhor.

O Centrão, se manter essas posições, estará ajudando a fazer uma Constituição moderna e duradoura, respeitada e aceita por todos.